



Relatório & Contas 2021

SGF

De poupança
sabemos nós

Índice

Factos Relevantes Ocorridos	4
Princípios Orientadores da SGF	5
Envolvente Macroeconómica	6
Desenvolvimento Comercial	12
Carteira sob gestão	13
Rendibilidades	15
Área Atuarial, Risco e Compliance	16
Resultados	17
Margem de solvência	18
Aplicação de Resultados	19
Perspetivas futuras	20
Considerações Finais	21
Conclusão/Agradecimentos	22

Relatório de Gestão do Exercício de 2021

Prezados Senhores Acionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias submetemos à aprovação da Assembleia-geral, o presente relatório, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o correspondente anexo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Factos Relevantes Ocorridos

O ano de 2021 ficou marcado pela evolução da pandemia Covid 19 nomeadamente pelo aparecimento de novas variantes do vírus com índice de transmissibilidade mais elevado, mas também, pela ambicionada resposta da ciência com o desenvolvimento e aprovação de vacinas que permitiram a contenção da pandemia e o retomar de parte da normalidade.

Após a recessão que marcou 2020, assistimos em 2021, fruto das medidas implementadas pelos governos e bancos centrais ao retomar gradual da normalidade, e à recuperação das diferentes economias com reflexo na performance dos mercados financeiros.

Num contexto de elevada volatilidade, mantivemos a nossa convicção de aposta na exposição ao mercado acionista, crença partilhada pelos nossos clientes uma vez que 70% das contribuições foram efetuadas nos fundos com perfil mais agressivo.

O resultado da nossa estratégia refletiu-se nas posições alcançadas no ranking das rentabilidades da APFIPP, com seis dos nossos Fundos no Top 5 das classes que integram:

- no nível de risco 4: PPR SGF Stoik (1º), PPR SGF Poupança Dinâmica (2º), PPR SGF Poupança Ativa (5º) e FPA SGF Reforma Stoik (1º)
- no nível de risco 3: PPR SGF Poupança Conservadora (1º) e FPA SGF Reforma Equilibrada (3º).

O aumento da poupança mensal dos investidores a que havíamos assistido em 2020 manteve-se em 2021, tendo a SGF acompanhado este movimento de forma inequívoca, concluindo o ano com um valor total de subscrições de 22 milhões de euros.

Fruto do trabalho desenvolvido, a SGF registou um crescimento de 26% dos ativos geridos face ao aumento 4,7% alcançado pelo mercado, com um aumento do volume sob gestão na ordem dos 22 milhões de euros e com uma captação de 1.736 novos clientes.

Ao nível das linhas de negócio destacamos o excecional crescimento de 53% alcançado nos PPR, num ano em que o mercado registou apenas 17%. Já nos Fundos de Pensões Abertos, a SGF cresceu 19%, 6 pontos percentuais acima do mercado.

Salientamos a aprovação do investimento no projeto de desenvolvimento tecnológico da SGF com o “Product Discovery” realizado no 2º semestre de 2021 e implementação prevista em 2022.

Numa situação tão difícil e exigente, é de assinalar que 2021 terminou como o melhor ano da última década da história da SGF, ultrapassando o ano de 2020 e fortalecendo o ciclo de resultados positivos iniciado em 2019 e que é, estamos convictos, uma demonstração do que é possível obter quando se junta uma excelente equipa com uma estratégia de gestão altamente profissional e dedicada.

Princípios Orientadores da SGF

A missão que a SGF assume perante os seus participantes é a de obter a máxima rendibilidade para os fundos sob gestão, dentro do perfil e nível de risco, previamente escolhido pelo cliente.

Tem como princípios de gestão:

- Total independência – Ausência de conflitos de interesses;
- Gestão prudente;
- Rigor, transparência e segurança.

Envolvente Macroeconómica

Economia Internacional

Após um ano de 2020 caracterizado por um contexto económico extremamente negativo (o pior ano, em termos de evolução do desempenho económico, desde a 2ª guerra mundial), o ano de 2021 arrancou de forma mais promissora com o acelerar dos processos de vacinação em massa das populações contra a COVID 19 (ao longo do ano seriam administradas mais de 9 mil milhões de vacinas em todo o mundo). A crescente confiança na superação da pandemia e numa subsequente normalização das atividades e recuperação económica global permitiram que as bolsas superassem múltiplos percalços: o aparecimento de novas variantes da epidemia (que obrigaram a atrasos / recuos nos processos de desconfinamento), o bloqueio da circulação de navios pelo canal do Suez, o colapso do mercado imobiliário na China (com destaque para a falência da Evergrande), as consequências geopolíticas da saída atribulada dos EUA do Afeganistão, entre outros. Assim, qualquer uma destas situações apenas provocou pequenas correções temporárias nos principais índices bolsistas, permitindo ao S&P 500, Nasdaq, DAX, CAC e Stoxx600 renovarem consistentemente e sucessivamente máximos ao longo do ano!

Relativamente à Covid-19, o aparecimento e a disseminação de novas variantes do vírus foi efetivamente importante, pois acabou por condicionar o ritmo da recuperação económica, em especial, no último trimestre do ano, com as variantes Delta e Ómicron. E, assim, essencialmente no hemisfério norte, as autoridades viram-se forçadas a implementar novas medidas de confinamento. Estes constrangimentos na atividade económica global refletiram-se nas cadeias de fornecimento de várias matérias-primas. Contudo, o levantamento gradual das medidas de contenção nas várias geografias, contribuíram para o aumento de confiança de investidores e consumidores.

Nos EUA, o início do ano trouxe um novo inquilino na Casa Branca, e com ele, a promessa de um regresso “normalidade”. Contudo, a chegada de Joe Biden foi acompanhada de um marco histórico na democracia norte-americana. No dia 6 de janeiro, milhares de pessoas invadiram o Capitólio dos EUA e entraram em confronto com a Polícia do Capitólio. O edifício foi evacuado pela polícia e as imagens dos manifestantes correram o mundo. As cenas de violência chocaram o país e o mundo. Cinco pessoas morreram e este ataque foi considerado uma tentativa de golpe de estado, incentivada pelo presidente incumbente, Donald Trump. Neste contexto de grande contestação, a 20 janeiro Joe Biden e Kamala Harris tomaram posse como 46º Presidente e 49ª Vice-presidente dos Estados Unidos, respetivamente. No seu discurso de tomada de posse, Biden prometeu unir os americanos e revitalizar a democracia americana. E, sem grandes demoras, logo no primeiro dia, assinou uma série de ordens executivas para reverter medidas tomadas durante o governo de seu antecessor. No total Biden assinou no seu primeiro dia na Casa Branca 17 ordens executivas, com destaque para o regresso dos EUA ao Acordo Climático de Paris e suspensão da saída da Organização Mundial de Saúde. Destaque também para o facto de Biden ter assinado, já no final do ano, o projeto que permite a entrada em vigor do plano de investimento em infraestrutura, no valor de 1,2 biliões de dólares, que pretende modernizar e dar resiliência ao país. A lei contempla USD 550 mil milhões em novos investimentos em infraestruturas nos próximos 5 anos. Neste contexto e com o ritmo de vacinação no bom caminho, a economia norte-americana mostrou (mais uma vez) um grande dinamismo e resiliência e as últimas estimativas apontam para um crescimento médio de cerca de 5.6% em 2021. Também o mercado laboral terminou o ano em força, com a taxa de desemprego a atingir um mínimo histórico de 3.9%! Pela negativa, destaque para a evolução ascendente dos preços

que começaram a acelerar de forma forte particularmente nos últimos meses do ano obrigando a Reserva Federal a mudar a sua retórica já em antevisão para 2022!

Na Europa, depois de um ano de 2020 de forte contração, as previsões mais recentes da OCDE apontam para que, em 2021, as economias da zona euro tenham registado um crescimento médio de 5.2%. O ano não iniciou da melhor forma, com uma nova grande vaga da pandemia e com a reintrodução de medidas restritivas para a conter, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, o que teve um importante impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos serviços (particularmente do turismo). Isto afetou desproporcionalmente as economias europeias cujas economias estão mais dependentes deste setor. Em reação, as autoridades europeias decidiram avançar com um conjunto de iniciativas (políticas orçamentais públicas financiadas ao nível da União Europeia) de apoio à atividade económica. Destaque para o Next Generation EU, um instrumento de mitigação do impacto económico e social da crise promovido pela Comissão Europeia, com o objetivo de assegurar "o crescimento sustentável de longo prazo e responder aos desafios da dupla transição climática e digital". Este instrumento contém o Mecanismo de Recuperação e Resiliência onde se enquadra o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). O PRR é um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década. Este plano está assente em três dimensões estruturantes: Resiliência; Transição Climática; Transição Digital. Assim, num mecanismo financiado por emissões obrigacionistas da união europeia no seu conjunto, todos os Estados-Membros receberam um "cheque" para responder à crise sanitária, económica e social criada pela pandemia, passando a ser este o mecanismo europeu de resposta para futuros desafios comuns. A União conseguia assim multiplicar os meios necessários para fazer frente à pandemia e distribuí-los conforme as necessidades e não conforme as possibilidades de cada Estado membro, recorrendo à capacidade de Bruxelas em se financiar diretamente nos mercados em condições muito mais favoráveis do que alguns Estados membros conseguiriam sozinhos. Mas ajudas não se ficaram por aqui. Evidência desta afirmação foi o anúncio da União Europeia do programa "Global Gateway" que tem como objetivo fomentar ligações "mais inteligentes, limpas e seguras no digital, energia, transportes, no reforço da saúde, educação e em sistemas de investigação em todo o mundo" através do investimento de cerca 300 mil milhões de euros. Estas ajudas orçamentais às economias alimentaram a evolução positiva dos principais indicadores de atividade e sentimento económico, que iam mostrando um crescimento robusto, sustentado por lucros e margens das empresas saudáveis. Contudo nem tudo foram boas notícias e também na Europa a inflação se tornou um problema e mais persistente. Se durante vários anos se temeu uma "japonização" da economia europeia com a deflação a ser o principal foco de preocupações, 2021 reverteu violentamente esta perceção e a inflação fechou o ano nos 5% na Zona Euro e 5.3% na União Europeia! Alguns países da União Europeia terminaram o ano com taxas de inflação acima de 10%, como foi o caso da Estónia (12%) e da Lituânia (10.7%). No outro extremo tivemos Malta com 2.6% e Portugal 2.8%.

Outras dinâmicas políticas de relevo no velho continente, foi a saída de Angela Merkel, chanceler da Alemanha, deixando o cargo ao fim de 16 anos de governo. Foi substituída pelo líder do Partido Social Democrata (SPD), Olaf Scholz. Com a saída desta chanceler histórica, tivemos também o regresso de um político de boas memórias para a Zona Euro: Mario Draghi. Super Mario assegurou uma ampla maioria e tornou-se primeiro-ministro de Itália.

Bancos Centrais

Em 2020, o contexto económico extremamente negativo forçou a uma intervenção massiva dos principais bancos centrais que, num esforço coordenado, implementaram um conjunto de políticas monetárias ultras expansionistas, levando a cabo planos de compras de títulos (programas de “quantitative easing”) e outras medidas de apoio aos seus respetivos sistemas financeiros. A ação dos bancos centrais foi por isso decisiva na mitigação da crise mas, impulsionados pela recuperação económica e pelas perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se refletiram na escassez de matérias-primas e outros bens e num aumento dos seus custos, os preços (a inflação) começaram a ser uma crescente preocupação. Os números da inflação foram escalando ao longo do ano. A rapidez e sincronia da recuperação do consumo global – mais orientada para bens em detrimento dos serviços, com impacto sobre a procura de matérias-primas e outros bens intermédios – e a expansão mais lenta da oferta culminaram no disparo dos preços de muitos bens e serviços. A inflação nos EUA terminou o ano num máximo de cerca de 4.7%, valor claramente acima do target definido pelo mandato Reserva Federal Norte-Americana (2%). Assim, se inicialmente, a autoridade monetária americana apelidava este fenómeno dos preços como “transitório”, a intensificação do movimento de subida dos preços forçou o anúncio pela FED, na reunião de novembro, do cronograma para o fim das compras de ativos, o chamado “tapering” abrindo portas para que a partir de março 2022 possamos ter a primeira subida de taxas de juro nos EUA deste ciclo. E outras subidas deverão seguir-se ao longo do ano, com os mercados a descontar entre 125 a 150 pontos base de subidas nos 4 trimestres subsequentes. Powell alertou que, embora a FED continue a esperar que a inflação caia “significativamente” no próximo ano, “parece que os fatores que impulsionam a inflação continuarão no ano que vem”.

Os números da inflação também forçaram o Banco Central Europeu a alterar a sua retórica, e apesar de ter deixado as taxas inalteradas, o BCE também seguiu os primeiros passos da FED e começou a reduzir o montante dos seus programas de quantitative easing, e prometeu trazer novidades para 2022. De destacar ainda a alteração dos guidelines para a estratégia de política monetária adotada pelo BCE. O mandato primordial do BCE continua a ter como única premissa a manutenção da estabilidade de preços, mas a nova estratégia do BCE adota um objetivo simétrico de 2% para a inflação a médio prazo abandonando o objetivo de uma inflação “próxima, mas abaixo de 2%”. A crescente preocupação com questões sociais, corporativas e ambientais relativas ao impacto das empresas na sociedade e, por isso, também o Conselho do BCE aprovou um plano de ação ambicioso em matéria de alterações climáticas e regulação de forma a reforçar a preferência dos investidores para alocar os seus investimentos em empresas socialmente e ambientalmente responsáveis, sustentáveis, para além de rentáveis. Uma evidência desta preocupação foi a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26), cimeira dos dirigentes mundiais, Glasgow, Reino Unido, 1 de novembro de 2021 que gerou grande cobertura mediática. Os resultados ficaram aquém das medidas mais ambiciosas exigida por muitos ativistas. Contudo, foram realizados progressos significativos entre as principais iniciativas contam-se o aumento dos fundos destinados a ajudar os países em desenvolvimento a combater as alterações climáticas, o lançamento do Compromisso Mundial sobre o Metano e ainda a finalização das regras sobre os aspetos operacionais do Acordo de Paris (Regras de Katowice).

World Economic Outlook Projections

	Estimate	Projections	
	2021	2022	2023
World Output	5,9	4,4	3,8
Advanced Economies	5,0	3,9	2,6
United States	5,6	4,0	2,6
Euro Area	5,2	3,9	2,5
Germany	2,7	3,8	2,5
France	6,7	3,5	1,8
Italy	6,2	3,8	2,2
Spain	4,9	5,8	3,8
Japan	1,6	3,3	1,8
United Kingdom	7,2	4,7	2,3
Canada	4,7	4,1	2,8
Other Advanced Economies ^{3/}	4,7	3,6	2,9
Emerging Market and Developing Economies	6,5	4,8	4,7
Emerging and Developing Asia	7,2	5,9	5,8
China	8,1	4,8	5,2
India ^{4/}	9,0	9,0	7,1
ASEAN-5 ^{5/}	3,1	5,6	6,0
Emerging and Developing Europe	6,5	3,5	2,9
Russia	4,5	2,8	2,1
Latin America and the Caribbean	6,8	2,4	2,6
Brazil	4,7	0,3	1,6
Mexico	5,3	2,8	2,7
Middle East and Central Asia	4,2	4,3	3,6
Saudi Arabia	2,9	4,8	2,8
Sub-Saharan Africa	4,0	3,7	4,0
Nigeria	3,0	2,7	2,7
South Africa	4,6	1,9	1,4
<i>Memorandum</i>			
Emerging Market and Middle-Income Economies	6,8	4,8	4,6
Low-Income Developing Countries	3,1	5,3	5,5

Fonte: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook Update, janeiro 2022

Portugal

O ano de 2021 foi também preenchido em Portugal pois para além de todo o enquadramento europeu já descrito, o ano foi animado ao nível de política interna. O ano começou e terminou em campanha, contudo, para eleições diferentes. Em janeiro tivemos as já previstas eleições presidenciais. O resultado foi o já amplamente esperado, com o presidente Marcelo Rebelo de Sousa eleito para o segundo mandato, tendo inclusive alcançado mais votos que há cinco anos. Já em outubro, tivemos em Portugal o primeiro chumbo de Orçamento de Estado em democracia. A proposta de Orçamento do Estado para 2022 foi chumbada, com os votos contra do PSD, CDS-PP, Chega, Iniciativa Liberal, mas também do PCP, do PEV e do Bloco de Esquerda. O documento foi inviabilizado com 117 votos contra, 108 a favor e 5 abstenções. As consequências deste resultado já tinham sido anunciadas pelo Presidente da República, que dissolveu a Assembleia da República e convocando eleições para o início de 2022.

À semelhança do que ocorreu noutros países da OCDE, a pandemia desencadeou uma recessão profunda em Portugal e colocou o sistema de saúde sob grande pressão. A recessão que a economia portuguesa atravessou em 2020 foi a pior desde 1936 (e muito pior do que a crise de

1975 ou de 2012), quando Portugal foi duramente impactado pela Guerra Civil espanhola e consequente derrocada da economia do nosso principal parceiro económico. O ano de 2021 foi por isso, sem surpresa, um ano de recuperação e de crescimento forte, uma vez que a base muito baixa. A resposta política também ajudou a amortecer o choque e, graças também ao progresso da vacinação, a recuperação está a ganhar dinamismo. Apesar de um início de ano catastrófico para o Sistema Nacional de Saúde, altamente sobrecarregado, Portugal tornou-se mesmo um exemplo, liderando o processo de vacinação a nível mundial. Portugal ultrapassou rapidamente a meta de vacinação da OMS e foi um dos primeiros países a atingir mais de 75% da população vacinada com as duas doses. Isto acabou por permitir um alívio das medidas de restritivas e contribuiu para a recuperação económica relativamente célere. A este fator acresce também os vários mil milhões da "bazuca" europeia que alimentaram as expectativas e confiança de consumidores e investidores, já que uma aplicação rápida e eficaz do Plano de Recuperação e Resiliência ajudará a enfrentar os grandes desafios da economia portuguesa, assegurando uma recuperação duradoura. Reflexo desta premissa, é o valor provisório para a taxa de crescimento do PIB português que será de cerca de 4.9%. A taxa de desemprego terminou o ano nos 6.6%, também um mínimo.

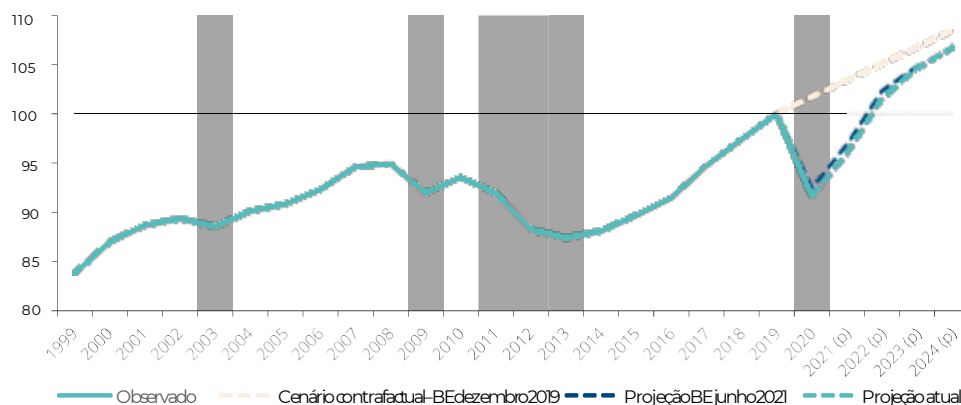
Projeções Do Banco De Portugal: 2021-24

	Pesos 2020	BE DEZEMBRO 2020					BE OUT 2021		BE JUNHO 2021			
		2020	2021	2022	2023	2024	2020	2021	2020	2021	2022	2023
Produto Interno Bruto	100	-8,4	4,8	5,8	3,1	2,0	-8,4	4,8	-7,6	4,8	5,6	2,4
Consumo privado	64,2	-7,1	5,0	4,8	2,2	1,8	-7,1	4,3	-5,9	3,3	4,9	2,3
Consumo público	19,1	0,4	4,8	1,4	-1,3	-0,1	0,4	5,2	0,4	4,9	0,4	-0,2
Formação bruta de capital fixo	19,1	-2,7	4,9	7,2	6,6	3,9	-2,7	5,6	-1,9	7,6	8,2	5,8
Procura interna	102,1	-5,6	5,1	4,6	2,4	1,9	-5,6	4,9	-4,6	4,5	4,7	2,6
Exportações	37,0	-18,6	9,6	12,7	7,8	3,9	-18,6	9,6	-18,6	14,5	13,1	4,8
Importações	39,1	-12,1	10,3	9,3	6,2	3,6	-12,1	9,7	-12,0	13,2	10,6	5,1
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações												
Procura interna		-3,0	3,1	2,6	1,2	1,1	-3,0	3,0	-2,3	2,4	2,5	1,3
Exportações de bens		-0,8	1,1	0,2	0,6	0,4	-0,9	1,3	-0,7	1,9	0,3	0,3
Exportações de serviços		-4,6	0,6	3,0	1,2	0,6	-4,5	0,5	-4,5	0,5	2,8	0,8
Emprego (número de indivíduos)		-1,9	2,5	1,6	0,5	0,3	-1,9	2,6	-1,7	1,3	1,3	0,4
Emprego (horas trabalhadas)		-9,3	8,3	4,0	0,6	0,3	-9,3	8,4	-9,2	5,9	4,1	0,5
Taxa de desemprego		7,0	6,6	6,0	5,7	5,6	7,0	6,8	7,0	7,2	7,1	6,8
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,0	0,2	1,8	2,6	1,8	0,0	1,0	0,1	0,9	2,1	1,8
Balança de bens e serviços (% PIB)		-1,8	-3,0	-2,1	-1,2	-1,0	-1,8	-2,3	-1,8	-2,1	-1,4	-1,3
Índice harmonizado de preços no consumidor		-0,1	0,9	1,8	1,1	1,3	-0,1	0,9	-0,1	0,7	0,9	1,0
Bens energéticos		-5,2	7,8	6,3	-1,3	-0,8	-5,2	6,9	-5,2	5,6	1,0	-1,3
Excluindo bens energéticos		0,3	0,4	1,3	1,4	1,5	0,3	0,4	0,3	0,3	0,9	1,2

Fonte: Banco de Portugal (2021), Boletim Económico Dezembro 2021

PIB observado e Projeção atual

Comparação com o cenário contrafactual e com a projeção do BE junho 2021 | Índice 2019 = 100



Fontes: Banco de Portugal e INE (2021)

Notas: O cenário contrafactual corresponde à projeção do BE de dezembro de 2019 até 2022. Os valores de 2023-24 foram obtidos assumindo a tendência de crescimento dos anos anteriores. As zonas a sombreado assinalam os anos de queda do PIB.

Classe de Ativos

Classe	Sub-Classes	2021
OBRIGAÇÕES	Euro Treasury €	-3,38%
	Euro Corporate €	-1,07%
	Euro HY €	3,02%
	EM Local €	-0,91%
AÇÕES	MSCI World € hedged	23,42%
	MSCI EM €	4,58%
	S&P 500 € hedged	28,07%
	EuroStoxx 600 €	25,66%
	Nikkei 225 € hedged	11,53%
COMMODITIES	Commodities €	50,47%
ALTERNATIVOS	Hedge Funds €	2,65%
USD/EUR	USD/ EUR €	7,42%

Desenvolvimento Comercial

Em termos comerciais pretendia-se aumentar o número de clientes continuando a reforçar a importância da poupança e a incontestável vantagem fiscal dos PPR e FPA como veículo preferencial face a outros instrumentos do mercado.

Os resultados alcançados são demonstrativos do sucesso desta aposta, com um aumento do volume sob gestão nos PPR de cerca de 19 milhões de euros, representando um crescimento de 52,5% face a 2020, quando o mercado apresentou um crescimento de apenas 17%.

Os PPR reforçaram a sua posição na carteira da SGF, consolidando a sua posição como a solução com o maior peso na carteira da SGF, passando a representar cerca de 50% da carteira.

Do ponto de vista das soluções empresariais, verificou-se uma alteração da forma como as empresas encaram a problemática da reforma, com a concretização 7 contratos de adesão coletiva e implementação de vários programas de employee benefits em novas empresas.

Congratulamo-nos, uma vez mais, pelo convite em participar em vários concursos para a gestão de planos de pensões, reforçando a notoriedade e prestígio da SGF.

Perspetivamos um crescimento deste segmento considerando as propostas apresentadas, cuja decisão ainda não foi tomada.

Mantemos a expectativa no desenvolvimento do segmento de negócio de investimento em FPA com vista à exclusão da tributação das mais-valias imobiliárias.

Seguros de que a dinamização da atividade comercial, por força das parcerias estabelecidas com importantes players do mercado da mediação, corretagem e setor bancário se afigura como promissora, acreditamos que 2022 reforçará a tendência de crescimento dos últimos anos.

O processo de desenvolvimento digital em curso, será determinante para posicionar a SGF como a Sociedade Gestora de Fundos de Pensões de referência.

Um início de ano desafiante, com um primeiro trimestre que manteve o forte dinamismo de dezembro, é certamente sinal de que a Poupança continuará a ser uma das tendências de 2022!

Carteira sob gestão

Apresenta-se de seguida a evolução, nos últimos 3 anos, da carteira gerida pela SGF.

Unidade: milhares de euros					
PPRs	2019	2020	2021	Variação 2020/2021	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
Poupança Garantida	7 429	8 029	7 807	-222	-3%
Poupança Conservadora	9 801	8 866	8 307	-559	-6%
Poupança Equilibrada	4 562	4 843	8 025	3 182	66%
Poupança Ativa	2 047	2 960	6 320	3 360	113%
Poupança Dinâmica	2 918	3 178	7 271	4 093	129%
PPR Stoik	1 497	3 642	9 168	5 526	152%
PPR MDS Equilíbrio	183	329	625	296	90%
PPR Alfa	N.A.	3 946*	7068	3 122	79%
TOTAL	28 437	35 791	54 591	18 800	53%

* Fundo constituído a 25.05.2020

Unidade: milhares de euros					
Fundos de Pensões Abertos	2019	2020	2021	Variação 2020/2021	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
Reforma Garantida	832**	2542	2 590	48	2%
Reforma Conservadora	6 460	5 915	5 960	45	1%
Reforma Equilibrada	3 931	4 140	5 148	1008	24%
Reforma Stoik	947	1879	3 778	1899	101%
Square Ações	2 597	2 598	2 811	213	8%
TOTAL	14 767	17 074	20 287	3213	19%

** Fundo constituído a 30.04.2019

Unidade: milhares de euros

Fundos de Pensões Fechados	2019	2020	2021	Variação 2020/2021	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
CHAMUSCA	632	620	640	20	3%
CIN	6 515	6 745	6904	159	2%
ECM	1 268	1 259	1308	49	4%
EUROSPUMA	2 717	2 565	2557	-8	0%
OREY	958	888	794	-94	-11%
SCML	9 044	7 907	7731	-176	-2%
SNQTB	5 220	5 167	5263	96	2%
SOLVAY	7 867	7 716	8048	332	4%
UNA	2 174	2 033	2105	72	4%
TOTAL	36 395	34 899	35 350	450	1%

Unidade: milhares de euros

Resumo	2019	2020	2021	Variação 2020/2021	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
PPRs	28 437	35 791	54 591	18 800	53%
Fundos Abertos	14 767	17 074	20 287	3 213	19%
Fundos Fechados	36 395	34 899	35 350	451	1%
TOTAL	79 599	87 763	110 229	22 466	26%

Rendibilidades

PPRs	2019	2020	2021	Últimos 3 Anos (Média)
Poupança Garantida	2,07%	-1,69%	1,86%	0,75%
Poupança Conservadora	3,69%	-0,09%	4,50%	2,70%
Poupança Equilibrada	5,26%	0,74%	5,34%	3,78%
Poupança Ativa	8,69%	1,47%	8,95%	6,37%
Poupança Dinâmica	10,85%	5,31%	11,82%	9,33%
PPR Stoik	12,65%	6,09%	13,09%	10,61%
PPR MDS Equilíbrio	6,42%	-1,74%	2,23%	2,30%
PPR Alfa	N.A.	8,11%*	9,52%	N.A.

* Fundo constituído a 25.05.2020

Fundos de Pensões Abertos	2019	2020	2021	Últimos 3 Anos (Média)
Reforma Garantida	-0,06%**	-1,14%	1,95%	0,25%
Reforma Conservadora	4,88%	-0,71%	3,99%	2,72%
Reforma Equilibrada	6,92%	0,08%	5,56%	4,19%
Reforma Stoik	18,50%	4,98%	16,11%	13,20%
Square Ações	8,81%	-6,89%	1,52%	1,15%

** Fundo constituído a 30.04.2019

Área Atuarial, Risco e Compliance

No que respeita ao enquadramento regulamentar da atividade da SGF salientamos a publicação e entrada em vigor de:

- Norma Regulamentar n.º 3/2021-R, de 13 de abril, que estabelece os elementos e informações que devem acompanhar a comunicação prévia dos projetos de aquisição, de aumento e de diminuição de participação qualificada em empresa de seguros ou de resseguros e em sociedade gestora de fundos de pensões e a comunicação da constituição de ónus ou encargos sobre participação qualificada em empresa de seguros ou de resseguros e em sociedade gestora de fundos de pensões;
- Norma Regulamentar n.º 8/2021-R, de 16 de novembro, que estabelece as regras para o cálculo do valor mínimo das responsabilidades decorrentes dos planos de pensões de benefício definido e dos planos de benefícios de saúde financiados por fundos de pensões, bem como para o cálculo do valor atual da pensão sujeito a remição.

O valor dos fundos de pensões sob gestão em Portugal em dezembro de 2021 registou um crescimento de apenas 4,7% em relação ao final de 2020, totalizando mais de 24 mil milhões de euros, segundo dados publicados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Ao nível do ranking das sociedades gestoras de fundos de pensões a SGF termina o ano na 11.ª posição, tendo caído uma posição graças à entrada de uma nova associada. Continua a verificar-se uma forte concentração dos Fundos de Pensões nas 7 principais gestoras, que continuam a representar cerca de 95% do total dos fundos geridos, sendo que uma parte substancial desses fundos de pensões pertence aos respetivos grupos financeiros.

Em 2021 verificámos não haver alteração na disponibilidade dos nossos Associados para o normal cumprimento dos planos de financiamento das responsabilidades inerentes aos respetivos Fundos de Pensões. A adoção de parâmetros mais conservadores nas avaliações atuariais de alguns planos de pensões permitiu reduzir o risco específico desses planos.

Verificou-se a alteração do Provedor dos Participantes e Beneficiários de Adesões Individuais aos Fundos de Pensões Abertos.

Foi reforçado o investimento na infraestrutura informática da SGF e no desenvolvimento digital da empresa. Salientamos o aumento da segurança e robustez do sistema de informação.

Em virtude da pandemia vivida em 2021, parte da atividade foi desenvolvida via teletrabalho, não sendo registados quaisquer incumprimentos durante esse período, garantindo-se integralmente as obrigações legais da SGF.

Resultados

Resultados em euros (€)	2021	2020	Variação
Serviços prestados	1 196 784,60	868.883,51	327 901,09
Fornecimentos e serviços externos	(659 365,53)	(408.098,56)	(251 266,97)
Gastos com o pessoal	(299 949,35)	(304.319,89)	4 370,54
Provisões (aumentos/reduções)	42 607,05	(38.636,52)	86 672,58
Aumentos/ reduções de justo valor	67 148,61	1.942,22	65 206,39
Outros rendimentos e ganhos	5 589,32	5.394,80	194,52
Outros gastos e perdas	(48 566,64)	(64.645,03)	10 649,38
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(10 866,93)	(9.388,60)	(1 478,33)
Resultado operacional	293 381,13	51.131,93	242 249,20
Resultados antes de impostos	293 381,13	51.131,93	242 249,20
Imposto sobre o rendimento do período	(14 265,80)	(4.915,92)	(9 349,88)
Resultado líquido do período	279 115,33	46.216,01	232 899,32

Para a melhoria dos resultados, contribuíram principalmente a diminuição dos gastos com o pessoal e o aumento dos serviços prestados, nomeadamente as comissões de gestão.

As rubricas que contribuíram positivamente para a variação dos resultados foram:

- aumento das comissões de gestão;
- diminuição dos gastos com o pessoal;
- redução das provisões constituídas;
- aumento do justo valor da carteira;
- aumento de outros rendimentos e ganhos;
- diminuição de outros gastos e perdas.

As rubricas que contribuíram negativamente para a variação dos resultados foram:

- aumento dos fornecimentos e serviços externos.

Margem de solvência

	2021	2020	Variação
Margem a Constituir	800 000,00	800 000,00	-
Elementos de Cobertura	1 274 897,33	996 805,84	278 091,49
Excedente de Cobertura	474 897,33	196 805,84	278 091,49
Taxa de Cobertura	159,36%	124,60%	34,76%

A SGF continua a apresentar elementos de cobertura acima da margem mínima exigida pela Entidade de Supervisão, tendo-se verificado um incremento do excedente em consequência do Resultado Líquido positivo do exercício.

A SGF mantém, assim, o ciclo de resultados positivos, iniciado em 2019, apresentando um resultado de €279.115,33. Assiste-se a um reforço da Margem de Solvência para uma taxa de cobertura de 159,36% (face aos 124,60% registados em 2020 e aos 118,80% em 2019) fruto da recuperação de €279.115,33 no capital próprio da sociedade, que representa agora cerca de 63,81% do capital subscrito. Tal como era convicção da Administração da SGF, os resultados positivos dos últimos exercícios, por si só, permitiram resolver a situação de perda de metade do capital, sem recurso à adoção de qualquer das medidas excecionais previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. É aliás convicção desta Administração, que os resultados dos próximos anos nos permitirão aproximar gradualmente de uma situação em que o capital próprio ultrapasse o capital social subscrito.

Aplicação de Resultados

Atendendo ao facto de o resultado líquido ser positivo, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados:

- Para Reservas Legais: 13.955,77 euros, cuja conta passará a apresentar um saldo credor de 115.670,23 euros.
- Para Resultados Transitados: 265.159,56 euros, cuja conta passará a apresentar um saldo devedor de 855.453,76 euros.

Perspetivas futuras

2021 foi um ano de crescimento e consolidação para a SGF.

Os bons resultados das suas soluções de Poupança consolidaram as relações com os seus clientes, permitindo ainda um incremento do negócio e da sua base de clientes.

Os princípios de inovação e tecnologia serão o foco para os próximos anos, com o objetivo de facilitar e simplificar o acesso a soluções de poupança, a um maior conhecimento sobre as perspetivas e desafios do futuro, aliado a um acompanhamento profissional e respeitador dos interesses dos nossos clientes.

Tornar os processos mais eficientes para que tal se traduza numa melhor experiência de cliente, aliado à tecnologia que nos permita alargar a oferta e responder aos desafios dos mercados, serão os princípios que nos orientarão para os próximos anos, caracterizados por incertezas e desafios nunca antes vividos, mas que, acreditamos, teremos as condições certas para os enfrentar e defender os objetivos dos nossos clientes.

Considerações Finais

Após o fim do exercício, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Conclusão/Agradecimentos

O Conselho de Administração da SGF vem expressar os seus sinceros agradecimentos:

Aos clientes pela confiança que mantêm no seu gestor de poupança e reforma;

Aos parceiros de negócio pela colaboração prestada no presente exercício;

Aos membros da Mesa da Assembleia-geral pelo apoio e solidariedade institucional sempre demonstrada;

Ao Conselho Fiscal pelo inestimável apoio prestado e pela confiança demonstrada;

À ASF e à APFIPP pelo apoio e pelo excelente relacionamento institucional existente;

Aos nossos Auditores pelo apoio e confiança demonstrados;

Aos fornecedores e aos prestadores de serviços externos;

A todos os nossos colaboradores atuais e também aos que deixaram a empresa em 2021, pelo empenho e dedicação.

O nosso último agradecimento vai para os Senhores Acionistas pela confiança demonstrada na equipa SGF, a qual tem permitido que mantenhamos a estabilidade necessária e indispensável à prossecução dos objetivos da empresa.

Lisboa, 29 de março de 2022

O Conselho de Administração

António Nunes da Silva

Presidente

Sérgio Ruivinho

Nuno Basílio

João Matos

Rita Appleton

João Quintanilha

Rui Martins

Administradores

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

Em conformidade com a Norma Regulamentar N.º 5/2010 da ASF e com a circular N.º 6/2010 da ASF. A Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e dos colaboradores da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. obedece aos seguintes princípios:

- 1) As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela Assembleia Geral e aplicadas às situações concretas pelo Conselho de Administração, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.
- 2) A remuneração dos membros do órgão de administração obedece aos seguintes princípios:
 - a) Apenas têm direito a remuneração a Administração Executiva da Sociedade;
 - b) A remuneração da Administração Executiva é revista anualmente pelo Conselho de Administração;
 - c) No termo das suas funções a Administração Executiva tem o direito de receber a remuneração mensal até ao dia do termo das funções;
 - d) A SGF não procedeu durante o ano de 2021 ao pagamento de quaisquer indemnizações nem as mesmas se mostraram devidas, a ex-membros do órgão de administração;
 - e) Não existe qualquer disposição contratual ou outra relativa a compensações a pagar por destituição sem justa causa de administradores.
- 3) A remuneração do Conselho Fiscal é auferida por senhas de presença em função das reuniões assistidas.
- 4) A remuneração dos colaboradores da SGF é regulada pela Lei Geral do Trabalho e obedece aos seguintes princípios:
 - a) A remuneração dos colaboradores tem apenas uma componente fixa paga mensalmente e em dobro nos meses de junho e novembro correspondente aos subsídios de férias e Natal;
 - b) A remuneração dos colaboradores é revista anualmente pelo Conselho de Administração;
 - c) Os colaboradores ao serviço da SGF têm direito a um plano de pensões de contribuição definida que visa assegurar o pagamento, em caso de reforma por velhice, reforma por invalidez ou morte, de prestações complementares ao regime de segurança social. Este plano de pensões prevê ainda a atribuição de 100% de direitos adquiridos sobre o valor acumulado à data em caso de cessação do contrato de trabalho;
 - d) Não existem colaboradores que cumulativamente tenham acesso regular a informação privilegiada, participem nas deliberações sobre gestão e estratégia negocial da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e desenvolvam uma atividade profissional com impacto material no perfil de risco da instituição.

Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização são titulares das seguintes ações da sociedade ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo e que efetuaram as transações durante o exercício de 2021 que a seguir se discriminam:

Nome da sociedade, do titular e participação detida	Relação acionista	Aquisição 2021	Alienação 2021
Baobá – Investimentos Lda. (sociedade detida em 75% por António José Nunes da Silva)	Baobá é acionista (20%) da Golden Wealth Management-SGPS, S.A.	10%	0

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021

SGF

SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Índice das Demonstrações Financeiras

Balanço	26
Demonstração dos Resultados	27
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	28
Demonstração dos Fluxos de Caixa	29
ANEXOS	30
1. Introdução	31
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	31
3. Principais políticas contabilísticas	32
3.1. Bases de apresentação	32
3.2. Outros instrumentos financeiros	32
3.3. Ativos fixos tangíveis	33
3.4. Ativos intangíveis	33
3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis	34
3.6. Imposto sobre o rendimento	34
3.7. Clientes e outros créditos a receber	35
3.8. Provisões	35
3.9. Rédito	35
3.10. Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas	36
3.11. Acontecimentos subsequentes	37
4. Fluxos de caixa	37
5. Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros	37
6. Partes relacionadas	38
6.1. Relacionamentos com empresas-mãe	38
6.2. Remunerações do pessoal-chave de gestão e de fiscalização	38
6.3. Transações entre partes relacionadas	38
7. Ativo fixo tangível	39
8. Ativo intangível	40
9. Ativos financeiros detidos para negociação	41
10. Outros ativos financeiros	41
11. Imposto sobre o rendimento	42
12. Clientes	44
13. Outros créditos a receber	44
14. Diferimentos ativos	44
15. Capital subscrito	45
16. Reservas legais	45
17. Outras reservas	45
18. Resultados transitados	45
19. Provisões e Passivos Contingentes	46
20. Fornecedores	46
21. Estado e outros entes públicos	46
22. Outras dívidas a pagar	47
23. Rédito	47
24. Fornecimentos e serviços externos	48
25. Gastos com o pessoal	48
26. Aumentos/reduções de justo valor	49
27. Outros Rendimentos	49
28. Outros gastos	49
29. Gestão dos riscos financeiros	50
30. Informações exigidas por diplomas legais	50
31. Compromissos e contingências	50
32. Eventos Subsequentes	51
	25

Balanço

	Nota	2021	2020
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	51.904,82	24.172,66
Ativos intangíveis	8	1.285,73	261,89
Outros ativos financeiros	10	6.212,08	5.542,07
Total ativo não corrente		59.402,63	29.976,62
Corrente			
Clientes	12	269.508,46	144.815,36
Estado e outros entes públicos	21	-	12.188,72
Outros créditos a receber	13	10.831,07	29.954,97
Diferimentos	14	31.225,21	40.989,97
Ativos financeiros detidos para negociação	9	399.673,89	220.063,01
Outras ativos financeiros	10	896,50	1.192,27
Caixa e depósitos bancários	4	2.433.140,83	1.182.933,26
Total ativo corrente		3.145.275,96	1.632.137,56
Total do Ativo		3.204.678,59	1.662.114,18
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	15	2.000.000,00	2.000.000,00
Reservas legais	16	101.714,46	99.403,66
Outras reservas	17	15.966,59	15.966,59
Resultados transitados	18	(1.120.613,32)	(1.164.518,53)
Resultado líquido do período		997.067,73	950.851,72
		279.115,33	46.216,01
Total do Capital Próprio		1.276.183,06	997.067,73
Passivo			
Não corrente			
Provisões	19	3.735,72	51.771,78
		3.735,72	51.771,78
Corrente			
Fornecedores	20	14.903,68	9.195,47
Estado e outros entes públicos	21	15.072,85	19.489,79
Outras dívidas a pagar	22	1.893.993,78	582.852,51
Diferimentos		789,50	1.736,90
		1.924.759,81	613.274,67
Total do passivo		1.928.495,53	665.046,45
Total do Capital Próprio e do Passivo		3.204.678,59	1.662.114,18

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Demonstração dos Resultados

Vendas e serviços prestados
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e emp.conjuntos
Fornecimentos e serviços externos
Gastos com o pessoal
Provisões (aumentos/reduções)
Aumentos/reduções de justo valor
Outros rendimentos
Outros gastos

Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

Gastos/ reversões de depreciação e de amortização

Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)

Juros e rendimentos similares obtidos
Juros e gastos similares suportados

Resultados antes de impostos

Imposto sobre o rendimento do período

Resultado líquido do período

Nota	2021	2020
23	1.196.784,60	868.883,51
-		
24	(659.365,53)	(408.098,56)
25	(299.949,35)	(304.319,89)
19	42.607,05	(38.636,52)
26	67.148,61	1.942,22
27	5.589,32	5.394,80
28	(48.566,64)	(64.645,03)
	304.248,06	60.520,53
7/8	(10.866,93)	(9.388,60)
	(10.866,93)	(9.388,60)
	293.381,13	51.131,93
	-	-
	-	-
	293.381,13	51.131,93
11	(14.265,80)	(4.915,92)
	279.115,33	46.216,01

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição a 1 de janeiro de 2020	2.000.000,00	99.403,66	15.966,59	(1.182.034,05)	17.515,52	950.851,72
Alterações no período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	17.515,52	(17.515,52)	-
	-	-	-	17.515,52	(17.515,52)	-
Resultado líquido do período					46.216,01	46.216,01
Resultado integral	-	-	-		28.700,49	46.216,01
Posição a 31 de dezembro de 2020	<u>2.000.000,00</u>	<u>99.403,66</u>	<u>15.966,59</u>	<u>(1.164.518,53)</u>	<u>46.216,01</u>	<u>997.067,73</u>
Alterações no período						-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		2.310,80	-	43.905,21	(46.216,01)	-
	<u>2.000.000,00</u>	<u>101.714,46</u>	<u>-</u>	<u>43.905,21</u>	<u>(46.216,01)</u>	<u>2.099.403,66</u>
Resultado líquido do período					279.115,33	279.115,33
Resultado integral	-	-	-	-	232.899,32	2.378.518,99
Posição a 31 de dezembro de 2021	<u>2.000.000,00</u>	<u>101.714,46</u>	<u>15.966,59</u>	<u>(1.120.613,32)</u>	<u>279.115,33</u>	<u>1.276.183,06</u>

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.094.102,29	851.769,72
Pagamentos a fornecedores		(539.848,37)	(300.291,23)
Pagamentos ao pessoal		(298.963,24)	(329.354,98)
Caixa gerada pelas operações		255.290,68	222.123,51
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		494,23	(1.897,91)
Outros recebimentos/ pagamentos		1.145.245,27	(273.418,06)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		1.401.030,18	(53.192,46)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(38.291,83)	(6.234,64)
Ativos intangíveis		(1.331,10)	-
Investimentos Financeiros		(127.867,54)	(130.237,12)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros		16.284,22	58.068,48
Juros e rendimentos similares		383,64	682,96
Dividendos			
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(150.822,61)	(77.720,32)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos e similares		-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes		1.250.207,57	(130.912,78)
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.182.933,26	1.313.846,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.433.140,83	1.182.933,26
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		1.000,00	1.000,00
Descobertos bancários		-	-
Depósitos bancários		2.432.140,83	1.181.933,26
Outras aplicações de tesouraria		-	-
	4	2.433.140,83	1.182.933,26

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado

ANEXOS

1. Introdução

A empresa SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA é uma sociedade anónima, constituída em 29 de fevereiro de 1988 e tem a sua sede social na Av. da Liberdade, 190 6º B, em Lisboa. A Sociedade desenvolve a sua atividade como gestora de fundos de pensões, sendo a sua carteira em 31 de dezembro de 2021 constituída por nove Fundos Fechados, cinco Fundos Abertos e por oito fundos representados por Planos de Poupança Reforma (PPR).

Os valores dos ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 dos referidos fundos, são os seguintes (euros):

	2021	2020
Fundos fechados	35.337.585,22	34.898.615,21
Fundos abertos	20.227.129,60	17.073.543,12
Fundos representados por PPR	54.413.098,71	35.791.158,25
	<u>109.977.813,53</u>	<u>87.763.316,58</u>

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Sociedade opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião a 29 de março de 2022. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração é de opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas, segundo o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as NCRF.

3.2. Outros instrumentos financeiros

Por definição um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade. Esta definição abarca um vasto conjunto de rubricas, mas neste ponto vamos exclusivamente considerar, no que respeita à Sociedade, as seguintes espécies: instrumentos financeiros detidos para negociação (ações e obrigações cotadas em mercado regulamentado), investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário cotados em mercado regulamentado e investimentos financeiros detidos até à maturidade.

Os instrumentos financeiros detidos para negociação são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição, não se colocando a necessidade da mensuração em momento subsequente à compra dado que, normalmente, permanecem na Sociedade durante um período muito curto, entre as datas de compra e de venda. No entanto, se esta classe de ativos existir em carteira à data de relato, os mesmos são mensurados ao justo valor, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

Os investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição e, subsequentemente, mensurados ao justo valor em cada data de relato, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Nos termos do parágrafo 44 da estrutura conceptual do SNC, e tendo em consideração o balanceamento entre o benefício e o custo da informação, a empresa optou por amortizar no próprio exercício os bens de reduzido valor. Ou seja, os elementos do ativo sujeitos a depreciação, cujos custos unitários de aquisição ou de produção não ultrapassem €1.000,00, são totalmente depreciados ou amortizados num só período de tributação, exceto quando façam parte integrante de um conjunto de elementos que deva ser depreciado ou amortizado como um todo. As obras em instalações alheias vão ser depreciadas pelo período do contrato de arrendamento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8-10
Equipamento informático	4
Obras em instalações alheias	5

No âmbito do ativo fixo tangível considera-se que os artigos de decoração e obras de arte não são suscetíveis de depreciação.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3-5

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Considerando as características do ativo fixo tangível e intangível e o seu pequeno significado, não se justifica efetuar a análise com o objetivo de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, na medida em que eventuais ajustamentos revelar-se-iam materialmente irrelevantes.

3.6. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis; porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

3.7. Clientes e outros créditos a receber

As contas acima não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando se verifiquem as seguintes condições cumulativas: a Sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, ser provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

A provisão que se encontra constituída em 31 de dezembro de 2021, corresponde ao valor presente da obrigação resultante do facto de a sociedade garantir determinadas taxas de rentabilidade/valorização em certos produtos da gama PPR. A mensuração em cada ano é efetuada pelo valor descontado da diferença entre o montante do compromisso e o da valorização estimada dessas unidades de participação, tendo em conta uma taxa de juro conservadora, repartida pelo número médio de anos de vencimento da obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. Relativamente a esta Sociedade, o rédito pode ser proveniente da prestação de serviços, de juros e de dividendos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que o respetivo montante possa ser mensurado com fiabilidade e ser provável que os benefícios económicos futuros a ele associados fluam para a Sociedade. Foram reconhecidos em resultados os seguintes tipos de prestações de serviços:

- Comissões de subscrição, comissões de gestão e comissões de reembolso, auferidas pelos serviços prestados aos fundos, na qualidade de Sociedade gestora;
- Remuneração pelo apoio na gestão de fundos de pensões, cujas sociedades gestoras são terceiros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja possível que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de dividendos é reconhecido quando é estabelecido o direito da Sociedade receber o correspondente montante.

3.10. Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas em termos de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas mesmas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por esse motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão, poderão diferir das correspondentes estimativas.

- a) Provisões:** a quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar uma obrigação presente à data do balanço;
- b) Justo valor dos investimentos financeiros:** o justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.
- c) Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores:** as perdas por imparidade relativas a saldos devedores são baseadas na avaliação efetuada pela SGF quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa). Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por

imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos.

3.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Estão incluídos na rubrica “Outros recebimentos/pagamentos”, os fluxos de caixa provenientes das compras e vendas dos ativos financeiros, relatados numa base líquida em resultado do facto de serem de rápida rotação.

Apresenta-se, seguidamente, o detalhe da rubrica em questão:

	2021	2020
Numerário		
Caixa	1.000,00	1.000,00
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	2.432.140,83	1.181.933,26
Depósitos a prazo	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	2.433.140,83	1.182.933,26

5. Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros

Não se verificaram alterações de políticas contabilísticas relativamente ao ano anterior, não foram efetuadas alterações em estimativas contabilísticas relevantes e não se procederam a correções de erros materiais de exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

6.1. Relacionamentos com empresas-mãe

Considerando a atual distribuição do capital, existe um acionista desta Sociedade que, por si só, detém o controle, ou seja, o poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais. O capital encontra-se distribuído por quatro acionistas, um dos quais detém 71,30% do mesmo.

6.2. Remunerações do pessoal-chave de gestão e de fiscalização

A gestão da Sociedade pertence ao Conselho de Administração, o qual em 31 de dezembro de 2021, se compunha por sete membros.

Os gastos com remunerações e outros benefícios de curto prazo do pessoal-chave de gestão, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, são os seguintes:

	2021	2020
Remunerações	10.000,00	51.449,71
Senhas de presença	0,00	400,00
	10.000,00	51.849,71

6.3. Transações entre partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2021 eram os seguintes:

	SNQTB	SPAC	Golden Broker	Golden Wealth Management
Saldos de clientes	8.373,52	-	-	-
Saldos de fornecedores	-	-	(11.190,04)	(564,74)
Saldos de devedores e credores por acréscimos	-	-	-	(28.258,71)
Saldos de outros devedores e credores	(583,02)	(25.596,71)	(6.209,17)	-
	7.790,50	(25.596,71)	(17.399,21)	(28.823,45)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as transações realizadas com empresas relacionadas, foram como segue:

	SNQTB	SPAC	Golden Broker	Golden Wealth Management
Gastos com cedência de pessoal	-	-	(7.105,84)	(59.493,18)
Gastos suportados com comissões	-	-	(101.375,06)	(118.201,34)
Gastos suportados com protocolos	-	(2.673,88)	-	-
Rendimentos relativos a comissões recebidas	34.319,29	-	-	-
	34.319,29	(2.673,88)	(108.480,90)	(177.694,52)

7. Ativo fixo tangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	2021		
	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	113 385,21	49 519,17	162 904,38
Depreciações acumuladas iniciais	(95 460,17)	(43 271,57)	(138 731,74)
Aquisições	38 291,83	-	38 291,83
Depreciações do exercício	(10 559,67)	-	(10 559,67)
Saldo final líquido	45 657,20	6 247,60	51 904,80

Descrição	2020		
	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	107 150,93	49 519,17	156 670,10
Depreciações acumuladas iniciais	(86 457,86)	(43 081,65)	(129 539,51)
Aquisições	6 234,28	-	6 234,28
Depreciações do exercício	(9 002,31)	(189,92)	(9 192,23)
Saldo final líquido	17 925,04	6 247,60	24 172,64

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.3. As depreciações do exercício, no montante de €10.559,67 (€9.192,23 em 2020), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação

e amortização". A aquisição de equipamento administrativo está relacionada com a compra de um servidor.

Não se verificaram abates no ativo tangível no ano de 2021. Não existem ativos fixos tangíveis com perdas de imparidade.

8. Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2021		
Descrição	Programas computador	Total
Quantia bruta escriturada inicial	108 535,49	108 535,49
Amortizações acumuladas iniciais	(108 273,60)	(108 273,60)
Aquisições	1 331,10	1 331,10
Amortizações do exercício	(307,26)	(307,26)
Saldo final líquido	1 285,73	1 285,73

2020		
Descrição	Programas computador	Total
Quantia bruta escriturada inicial	108 535,49	108 535,49
Amortizações acumuladas iniciais	(108 077,23)	(108 077,23)
Amortizações do exercício	(196,37)	(196,37)
Saldo final líquido	261,89	261,89

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.4. As amortizações do exercício, no montante de €307,26 (€196,37 em 2020), foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e amortização".

Não existem ativos intangíveis com perdas de imparidade.

9. Ativos financeiros detidos para negociação

A rubrica de “Ativos financeiros detidos para negociação” encontra-se registada pelo justo valor, mensurada de acordo com a respetiva cotação de mercado ativo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 o movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos financeiros detidos para negociação”, foi o seguinte:

Métodos de mensuração 31-12-2021			
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	220 063,01	-	220 063,01
Aquisições	92 197,53	-	92 197,53
Alienações	15 031,03	-	15 031,03
Outras variações	72 382,32	-	72 382,32
	399 673,89	-	399 673,89

Comparativamente ao ano 2020 as alienações em 2021 na carteira própria atingiram o valor de 15.031,03€. Os mercados contribuíram para que a variação do justo valor seja positiva.

Métodos de mensuração 31-12-2020			
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	144 768,50	-	144 768,50
Aquisições	130 237,12	-	130 237,12
Alienações	57 399,89	-	57 399,89
Outras variações	(112 342,50)	-	(112 342,50)
	220 063,01	-	220 063,01

10. Outros ativos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 o movimento ocorrido nas rubricas “Outros ativos financeiros”, foi o seguinte:

Métodos de mensuração 31-12-2021		
	Justo Valor	Justo Valor
Saldo inicial	6.239,94	6.239,94
Outras variações	(5.343,44)	(5.343,44)
Outros ativos financeiros	6.212,08	6.212,08
	7.108,58	7.108,58

	Métodos de mensuração 31-12-2020	
	Justo Valor	Justo Valor
Saldo inicial	6.239,94	6.239,94
Outras variações	(5.047,67)	(5.047,67)
Outros ativos financeiros	5.542,07	5.542,07
	6.734,34	6.734,34

Os valores apresentados como “Outras variações” dizem respeito à mensuração do justo valor nos fundos de investimento imobiliário e obrigações.

A decomposição dos saldos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, entre ativo corrente e ativo não corrente é a seguinte:

Ativo corrente	2021	2020
Outros Ativos Financeiros	896,50	1.192,27
Total	896,50	1.192,27
Ativo não corrente	2021	2020
Outros Ativos Financeiros (a)	6.212,08	5.542,07
Total	6.212,08	5.542,07

(a) O valor do Ativo não corrente é constituído pela constituição do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

11. Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais de exercícios anteriores estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras.

A taxa de imposto sobre o rendimento em vigor nas pequenas e médias empresas, que incide sobre a matéria coletável, é de 17% para os primeiros €25.000,00 de lucro tributável e de 21% para a matéria coletável remanescente. Sobre a matéria coletável incide ainda a derrama que tem

vindo a ser fixada em 1,5%. Adicionalmente, há ainda a considerar a tributação autónoma sobre algumas classes de gastos.

Não foram registados ativos por impostos diferidos pelo fato de não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar no prazo legalmente aceite. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Os prejuízos fiscais reportáveis apresentam-se conforme se segue:

Prejuízos fiscais gerados em	Montante	Data limite de utilização
2015	104.010,80	2029
2016	124.487,38	2030
2017	163.945,69	2024
2018	112.500,25	2025
	504.944,12	

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, tem o seguinte detalhe:

	2021	2020
Resultado líquido antes de impostos	293.381,13	51.131,93
Variações patrimoniais Decreto-Lei 159/2009	-	-
Outras variações	-	-
Soma	293.381,13	51.131,93
Correções relativas aos exercícios anteriores	8.301,98	182,83
Diferenças permanentes	-	-
Diferenças temporais	(116.096,41)	-
Prejuízos fiscais deduzidos	(129.910,69)	-
Matéria Colectável	55.676,01	51.314,76
Coleta	10.691,96	
Derrama	2.783,80	
Tributações autónomas	790,04	1.346,79
Imposto corrente	14.265,80	4.915,92
Imposto diferido	-	-
Gasto com o imposto sobre o rendimento	14.265,80	4.915,92

12. Clientes

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	2021	2020
Fundos de Pensões	269.508,46	144.815,36
	269.508,46	144.815,36

O saldo de clientes é constituído pelas comissões de gestão e administrativas cobradas aos fundos que a SGF gere e que serão recebidos em 2022.

13. Outros créditos a receber

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	2021	2020
	Ativo Corrente	Ativo Corrente
Mediadores	2.506,54	345,22
Comissão de gestão	4.358,77	29.051,50
Outros devedores	3.965,76	558,25
Outros créditos a receber	10.831,07	29.954,97

14. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as rubricas do ativo corrente "Diferimentos", apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
Diferimentos ativos		
Rendas de imóveis	2 647,55	1 736,90
Seguros	11 353,06	10 400,23
Outros gastos diferidos	17 224,60	28 852,84
Gastos a reconhecer	31 225,21	40 989,97

15. Capital subscrito

O capital subscrito é constituído por 400.000 ações nominativas, com o valor de €5,00 cada. Em 31 de dezembro de 2021 o capital social apresenta a seguinte distribuição:

	% de ações	2020 Número de ações	Capital Subscrito
Golden Wealth Management - S.G.P.S., S.A.	71,30%	285.194	1.425.970,00
Sindicato Nac. Quadros e Técnicos Bancários	17,29%	69.178	345.890,00
Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil	10,08%	40.338	201.690,00
Growth Value-Soc.Gestora Particip.Sociais, SA	1,32%	5.290	26.450,00
Capital Social	100%	400.000	2.000.000,00

16. Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

A reserva legal não está ainda totalmente constituída, estando o movimento dos anos de 2020 e 2021 espelhado no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

17. Outras reservas

Esta rubrica é constituída exclusivamente por reservas livres e o movimento dos anos de 2020 e 2021 encontram-se espelhados no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

18. Resultados transitados

Para além dos movimentos de aplicação dos resultados efetuados na sequência da deliberação da Assembleia Geral de aprovação de contas, não se verificaram quaisquer outras operações com reflexos na conta "Resultados transitados", durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021. Os movimentos efetuados nos exercícios se encontram espelhados no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

19. Provisões e Passivos Contingentes

a) A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 tem o seguinte detalhe:

		2021				
		Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
Garantias a clientes		51 771,78	18 813,97	61 421,02	5 429,01	3 735,72
Total		51 771,78	18 813,97	61 421,02	5 429,01	3 735,72

		2020				
		Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
Garantias a clientes		48 112,16	65 954,44	62 294,82	-	51 771,78
Total		48 112,16	65 954,44	62 294,82	-	51 771,78

Os movimentos registados nesta rubrica consubstanciam-se na utilização da provisão e redução da garantia do Fundo de Pensões Poupança Garantida. O PPR SGF Garantido oferece uma garantia de capital, que vence 3 anos ou 5 anos após a data de subscrição da respetiva entrega, consoante a data da subscrição seja anterior ou posterior a 1 de janeiro de 2021.

As garantias que vençam entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021 serão renovadas por um período de 5 anos.

20. Fornecedores

A empresa líquida dentro dos prazos de pagamento estipulados as faturas aos seus fornecedores, onde se incluem os prestadores de serviços. Portanto, os saldos evidenciados no Balanço não assumem grande significado.

21. Estado e outros entes públicos

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	2021		2020	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/rendimento - IRC	-	3 899,23	12 188,72	-
Impostos s/rendimento - IRS	-	2 448,03	-	2 428,75
Contribuição Segurança Social	-	5 099,64	-	4 366,08
Imposto do selo	-	3 625,95	-	12 694,96
Total	-	15 072,85	12 188,72	19 489,79

22. Outras dívidas a pagar

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

		2021	2020
		Corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	(i)	53.058,27	39.064,98
Mediadores		44.113,60	37.831,72
Outras dívidas por acréscimo		123.788,86	10.899,18
Outras dívidas a pagar	(ii)	1.673.033,05	578.752,20
Outras dívidas a pagar		1.893.993,78	666.548,08

(i) a rubrica “Remunerações a liquidar” regista a estimativa do valor correspondente à remuneração das férias, subsídio de férias, prémios atribuídos e respetivos encargos, a liquidar aos colaboradores da SGF no ano seguinte.

(ii) o montante de €1.610.839,74 resulta do recebimento de subscrições nas contas bancárias da SGF no final do exercício de 2021 e cujos montantes foram distribuídos para cada um dos fundos no início de 2022.

23. Rédito

O rédito reconhecido pela empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é detalhado conforme se segue:

	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
Comissões de subscrição	33.408,77	2,8%	39 802,86	4,6%
Comissões de gestão	1.159.518,25	96,9%	825 546,94	94,9%
Comissões de reembolso	3.857,58	0,3%	3 533,71	0,4%
Total das prestações de serviços	1.196.784,60	100,0%	868 883,51	99,8%
Juros obtidos	57,00	0,0%	560,13	0,1%
Dividendos	326,64	0,0%	48,43	0,0%
Total do rédito	1.197.168,24	100,0%	869 492,07	100,0%

Os juros obtidos e os dividendos estão incluídos na rubrica da demonstração de resultados “Outros rendimentos”, conforme se especifica na nota 27.

24. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Trabalhos especializados	205.903,66	130.746,89
Publicidade e Propaganda	21.000,70	13.579,20
Honorários	984,00	6.522,63
Comissões	237.570,11	82.387,10
Conservação e reparação	704,76	1.522,20
Outros trabalhos especializados	112.264,91	80.920,56
Materiais	3.199,72	3.371,63
Energia e fluidos	1.242,97	897,64
Deslocações e estadas	246,97	8.145,54
Rendas e alugueres	44.450,58	44.444,56
Comunicação	8.480,21	10.263,06
Seguros	12.910,05	12.722,57
Outros serviços diversos	10.406,89	12.574,98
	659.365,53	408.098,56

25. Gastos com o pessoal

A rubrica “Gastos com o pessoal” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais (Nota6)	10.000,00	51.849,71
Remunerações do pessoal	231.363,87	189.530,97
Complementos facultativos de reforma	4.485,11	5.386,75
Indemnizações	-	6.250,00
Encargos sobre remunerações	51.447,31	48.558,04
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2.110,25	2.166,61
Outros gastos com pessoal:		
Outros gastos	542,81	577,81
	299.949,35	304.319,89

26. Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica “Aumentos/reduções de justo valor” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é detalhada conforme segue:

	2021	2020
Obrigações	(59,84)	(21,11)
Ações	65 374,20	1 666,35
Unidades de participação imobiliária	(295,77)	(515,06)
Unidades de participação mobiliária	2 130,02	812,04
	<u>67 148,61</u>	<u>1 942,22</u>

27. Outros Rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Ganhos em outros instrumentos financeiros	1 253,19	668,59
Juros obtidos (Nota 23)	57,00	560,13
Dividendos obtidos (Nota 23)	326,64	48,40
Correções relativas a períodos anteriores	2 419,66	818,00
Aluguer de equipamento	947,40	947,32
Outros não especificados	585,43	2 352,33
Total	5 589,32	5 394,77

28. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos e perdas” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é detalhada conforme segue:

	2021	2020
Impostos e taxas	1 894,23	-
Bonificações de fidelidade	26 842,94	29 761,66
Quotizações	7 013,00	6 644,00
Correções relativas a períodos anteriores	8 301,98	182,83
Garantias atribuídas a clientes	-	27 317,92
Outros gastos	4 514,49	738,62
	<u>48 566,64</u>	<u>64 645,03</u>

29. Gestão dos riscos financeiros

A Sociedade Gestora está sujeita a vários riscos financeiros, nomeadamente de mercado (taxa de juro, valor de mercado das ações e cambial), de crédito e liquidez:

- O risco de alteração do valor de mercado das ações decorre da exposição a esta classe de ativos. Este risco é mitigado através da diversificação dos investimentos e da exposição a diferentes segmentos;
- O risco associado à taxa de juro decorre de aplicações financeiras, a taxa fixa ou taxa variável, que são geridas por forma a assegurar a adequada liquidez e o baixo risco de contraparte;
- O risco cambial decorre essencialmente da exposição a índices acionistas denominados em moeda estrangeira e também da aquisição de bens e serviços em moedas diferentes do euro, apesar de estes terem expressividade muito reduzida;
- O risco de crédito decorrente das aplicações financeiras é mantido em níveis toleráveis através da diversificação do investimento e da preponderância da exposição a emitentes de elevada qualidade creditícia;
- O risco de liquidez é gerido de forma prudente através da manutenção de disponibilidades em montante adequado para a atividade desenvolvida, bem como da negociação de aplicações financeiras de muito curto prazo.

30. Informações exigidas por diplomas legais

A Sociedade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Os encargos registados com a Revisão Legal de Contas da Sociedade cifram-se no montante de €6.150,00 no ano de 2021, incluindo o IVA à taxa de 23% que é assumido como custo.

Assistiu-se a um reforço da Margem de Solvência para uma taxa de cobertura de 159,36% (face aos 124,60% registados em 2020, aos 118,80% registados em 2019 e aos 91,67% em 2018) fruto da recuperação de €279.115,33 no capital próprio da sociedade, que representa agora cerca de 63,81% do capital subscrito.

31. Compromissos e contingências

Na presente data, não são conhecidos quaisquer compromissos ou contingências com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2021.

32. Eventos Subsequentes

Na presente data, não são conhecidos quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 29 de março de 2022

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Senhores Acionistas da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ,

De acordo com as disposições legais cumpre-nos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal da SGF . – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (de ora em diante designada «SGF»), apresentar o seu Relatório, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da SGF reportados ao exercício de 2021.

No presente Relatório e Parecer, o Conselho Fiscal refere os resultados da sua atividade de análise e verificação que efetuou aos documentos de prestação de contas da SGF.

Importa anotar que o exercício das funções dos atuais membros do Conselho Fiscal se iniciou após 7 de abril de 2021, no seguimento da concessão do registo devido pela entidade reguladora, ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Tendo presente esta data, o Conselho Fiscal procedeu ao início do acompanhamento da atividade da SGF.

Igualmente apreciamos a Certificação Legal das Contas apresentada pela Luís Miguel Damas & Associados – SROC, Lda, com a qual concordamos.

No que concerne o Relatório e Contas de 2021 verificámos que:

- a) o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da SGF, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da SGF evidenciando os aspetos mais significativos;
- d) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Realçamos a evolução positiva da SGF no exercício de 2021, destacando o aumento do valor dos ativos sob gestão, o resultado líquido do exercício positivo e o aumento da margem de solvência. Constatamos ainda a acentuada recuperação do nível de Capital Próprio que está quase igual ao valor do Capital Social.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- 1) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- 2) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- 2) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 29 de Março de 2022

O Conselho Fiscal

Assinado por: **Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel**

Num. de Identificação: 05327366

Data: 2022.03.29 14:39:30+01'00'

Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel



André Filipe Oliveira de Miranda

(Vogal)

**Andre
Miranda**

Assinado de forma
digital por Andre
Miranda

Dados: 2022.05.25
16:11:35 +01'00'

Raul José de Jesus Rosa

(Vogal)



Assinado por: Raul José Jesus
Rosa
Identificação: B107707548
Data: 2022-03-29 às 10:50:20



**SGF – Sociedade Gestora de
Fundos de Pensões, S.A.**
Certificação Legal das Contas

Dezembro 2021

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 3.204.678,59 euros e um total de capital próprio de 1.276.183,06 euros, incluindo um resultado líquido de 279.115,33 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa

opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

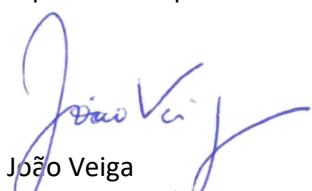
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de março de 2022

Luis Miguel Damas & Associados – SROC, Lda.
representada por:



João Veiga
ROC nº 1296 / CMVM nº 20160906